



Educação Financeira

nas escolas

9



**Educação
Financeira**
nas escolas

9

CONSULTORES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DOS MATERIAIS

Adriana Almeida Rodrigues
André Furtado Braz
Bernardo Pareto Miller
Carlos Klimick
Gabriel do Amaral Batista
Guilherme de Almeida Xavier
Heloisa Padilha
Hilda Micarello
Laura Coutinho
Maria de Lourdes de Sá Earp
Maria Queiroga Amoroso
Maricy Correia
Rian Oliveira Rezende
Vera Rita Ferreira

REPRESENTANTES DO GRUPO DE APOIO PEDAGÓGICO

VALIDAÇÃO (2011)

Ministério da Educação

Sueli Teixeira Mello

Banco Central do Brasil

Alberto S. Matsumoto

Comissão de Valores Mobiliários

José Alexandre Cavalcanti Vasco

e Célia Maria S. M. Bittencourt

Ministério da Fazenda

Luciôla Maurício de Arruda

Superintendência de Seguros Privados

Alberto Eduardo Fernandes Ribeiro,

Ana Lúcia da Costa e Silva, Elder Vieira Salles,

Gabriel Melo da Costa

Superintendência Nacional de Previdência

Complementar

Patrícia Monteiro

Universidade Federal de Rondônia

José Lucas Pedreira Bueno

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Ceará

Julietta Fontenele Moraes Landim

Universidade de Brasília

Cleyton Hércules Gotijo

Colégio de Aplicação da UFRGS

Lúcia Couto Terra

Colégio Pedro II

Anna Cristina Cardozo da Fonseca

e Carmem Luisa Bittencourt

de Andrade da Costa

Conselho Nacional de Secretários de Educação

Roberval Angelo Furtado

União Nacional de Dirigentes

Municipais de Educação

Arnaldo Gonçalves da Silva de Mattoso

REVISÃO (2012/2013)

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.

Rosa Maria Junqueira de Oliveira (in memorian),

José Alberto Netto Filho, Christianne Bariquelli e

Patrícia Quadros

AEF-Brasil

Alzira de Oliveira Reis e Silva

ATUALIZAÇÃO (2014)

Alzira Oliveira Reis e Silva (AEF-BRASIL)

Andiara Maria Braga Maranhão (SENACON/MJ)

Caroline Stumpf Buaes (Colaboradora, IMED/RS)

Christianne Bariquelli (BM&FBOVESPA)

Cristina Thomas de Ross (SEB/MEC)

Érica Figueira de Almeida Werneck (SENACON/MJ)

Fábio de Almeida Lopes Araújo (BACEN)

Julietta Fontenele Moraes Landim (IFCE)

Luciôla Maurício de Arruda (ESAF/MF)

Luis Felipe Lobianco (CVM)

Nayra Tavares Baptistelli (FEBRABAN)

Patrícia Cerqueira de Monteiro (PREVIC)

Paulo Alexandre Batista de Castro (SENACON/MJ)

Ronaldo Lima Nascimento de Matos (ESAF/MF)

Roque Antonio de Mattei (UNDIME)

Sueli Teixeira Mello (SEB/MEC)

Yael Sandberg Esquenazi (AEF-BRASIL)

ORGANIZAÇÃO

Didak Consultoria

Laura Coutinho

Linha Mestra

Heloisa Padilha

DESIGN GRÁFICO

Criação e Editoração Eletrônica

Peter de Albuquerque

Roberto Todor

Ilustração

André Luiz Barroso

Maria Clara Loesch Gavilan

PATROCÍNIO

BM&FBOVESPA S.A.

Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros



O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) adota a Licença de Atribuição (BY-NC-ND) do Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>) nos livros "Educação financeira nas escolas". São permitidos o compartilhamento e a reprodução, contanto que sejam mencionados os autores, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.

Apresentação

Este livro é parte do Programa de Educação Financeira nas Escolas, uma iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, que tem como objetivo oferecer ferramentas para uma pessoa planejar sua vida financeira de modo a realizar seus sonhos, o que passa por um processo de construção de estar no mundo de modo socioambientalmente responsável.

A ENEF, instituída pelo Decreto no 7.397, de 22 de dezembro de 2010, é resultado de um intenso trabalho de instituições do Estado e da Sociedade Civil, tendo como desencadeador da iniciativa o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC)¹.

Estudantes e professores financeiramente educados podem constituir-se em indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como a de outras pessoas².

Com a finalização do projeto piloto implementado no Ensino Médio, durante os anos de 2010 a 2011, chegou o momento de oferecer aos educandos do Ensino Fundamental significativas atividades relacionadas ao tema de educação financeira. Alinhado a esta perspectiva, a BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros coordenou a produção dos materiais didáticos voltados a este nível da Educação Básica contou com o envolvimento do Grupo de Apoio Pedagógico que assessorou, quanto aos aspectos pedagógicos, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) que promove a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), uma política do Estado Brasileiro.

As escolas têm como contribuir de forma significativa ao educar os alunos financeiramente, pois eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para suas famílias em um efeito multiplicador.

Acredita-se que o uso deste livro poderá ser um significativo instrumento de aprendizagem para os educandos, na medida em que lançará as bases dos conceitos e comportamentos financeiros a serem crescentemente sistematizados, ano após ano.

Os representantes de todas as instituições envolvidas na concepção, execução e coordenação deste Programa desejam que os conhecimentos da Educação Financeira contribuam tanto para os educandos quanto para os professores em suas escolhas de vida.

1. O COREMEC é integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem o propósito principal de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

2. Documento Orientação para Educação Financeira nas Escolas, setembro de 2009. Anexo 4 do Plano Diretor da ENEF, aprovado pela Deliberação CONEF nº 2, de 05 de maio de 2011. (<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>).

Educação Financeira nas Escolas – Ensino Fundamental
1ª ed., 2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Educação financeira nas escolas: ensino fundamental: livro do professor / [elaborado pelo]
Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2014.

48 p. : il. color. (Série Educação financeira nas escolas; v.9)

ISBN 978-85-99863-44-2

1- Educação financeira - estudo e ensino - 2. Finanças pessoais – estudo e ensino - I –
Comitê Nacional de Educação Financeira (Brasil) (CONEF) - II – Título III – Série.

CDD 332.04
CDU 64.011

Sumário

Parte I

Conceitos pedagógicos 8

1. Educação Financeira nas escolas – por quê? 8
2. Conceito de Educação Financeira 9
3. Modelo conceitual e objetivos 9
4. Princípios pedagógicos 16
5. O trabalho de 5º ao 9º ano 19
6. Orientações para aplicação do programa na escola 21
7. Avaliação da aprendizagem do aluno 21

Parte II

Apresentação do material didático 21

1. Orientações para planejamento das atividades 24
2. Educação Financeira: conceitos, questões atitudinais e armadilhas psicológicas 26
3. Questões atitudinais e armadilhas psicológicas 35

Glossário 40

Referências Bibliográficas 44

Websites indicados 46

Anexo 1 48

Prezado Professor,

Você está recebendo o Livro do Professor de Educação Financeira, que, juntamente com o Livro do Aluno, compõe o conjunto de materiais didáticos preparados especialmente para você trabalhar o tema com seus alunos.

O Livro do Professor está organizado em duas partes. A Parte I apresenta os conceitos pedagógicos que fornecem suporte ao programa de Educação Financeira nas escolas. A Parte II apresenta o Livro do Aluno, bem como os conteúdos de Educação Financeira abordados no material.

PARTE I - Conceitos pedagógicos

1. Educação Financeira nas escolas – por quê?

A entrada da Educação Financeira nas escolas se justifica por diversas razões fartamente apregoadas pelas nações estrangeiras que já acumulam experiência na área, dentre as quais se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e, utilizando-se desses conhecimentos, tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário. A consciência dos estreitos laços entre o plano individual e o social, assim como do impacto de decisões tomadas no presente sobre os sonhos de futuro, foi, desde a década de 90, grandemente amplificada pela Ecologia, mas hoje já transborda para outras áreas, indicando que é preciso agir conjuntamente para ampliar as chances de que todos colham benefícios maiores e melhores no futuro.

Essas considerações iniciais até fazem pensar que um programa de Educação Financeira seja necessário apenas a partir da adolescência, mas há duas ótimas justificativas para que ele seja introduzido nas escolas desde o 1º ano do ensino fundamental. A primeira delas é que as avaliações de iniciativas de educação financeira desenvolvidas em outros países indicam que quanto mais cedo o programa começa, melhor os resultados alcançados. A segunda justificativa se baseia no fato de que uma pessoa financeiramente educada significa muito mais do que dominar conceitos complexos, como juros, inflação e orçamento; mais do que isso, significa ter comportamentos que permitem levar a vida de modo financeiramente saudável. Os exemplos disso, como você verá nos materiais desse programa, são inúmeros: saber esperar o melhor momento de se fazer uma despesa, ser organizado, metódico e determinado, ter clareza para distinguir o que é desejo e o que é necessidade etc. Esses comportamentos se desenvolvem com muito mais propriedade em crianças do que em jovens e em adultos. Nas fases posteriores à infância, muitas atitudes indesejadas já podem ter se consolidado e é mais difícil desconstruí-los e depois reconstruí-los adequadamente.

2. Conceito de Educação Financeira

O conceito de Educação Financeira adotado neste programa é o indicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): um processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, a ser desenvolvido por meio de três vertentes – Informação, Formação e Orientação. Nas escolas da Educação Básica, porém, somente as duas primeiras serão abordadas, já que as ações relativas à vertente Orientação, que trata dos produtos financeiros, referem-se especificamente ao público adulto. Além disso, por se tratar de crianças e adolescentes muito jovens é necessário dar-se maior ênfase à formação do que à informação.

Por Informação entende-se o provimento de fatos, dados e conhecimentos específicos para permitir boas escolhas financeiras e para compreender as consequências de tais escolhas.

A vertente Formação do processo refere-se, no caso de alunos do Ensino Fundamental, ao desenvolvimento dos valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros elementares por meio de ações educativas que preparem as crianças para empreender projetos individuais e sociais. Informações podem ser inúteis se não estiverem acompanhadas de ferramentas mentais que permitam operá-las, isto é, selecionar e aplicar as que são apropriadas para uma determinada situação. Da mesma forma, valores como transparência, cooperação, respeito e responsabilidade precisam ser aplicados às informações desde a tenra idade para que o uso destas seja sempre ético.

3. Modelo conceitual e objetivos

Como a Educação Financeira nesse programa é inteiramente comprometida com o estar no mundo, o modelo conceitual adotado se baseia na premissa de que o cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Por isso, é importante que seja estudada segundo as dimensões espacial e temporal. Na dimensão espacial, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Esta dimensão compreende ainda

os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo. Na dimensão temporal, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados – positivos e negativos – serão colhidos no futuro. A Figura 1 ilustra como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal que os atravessa.

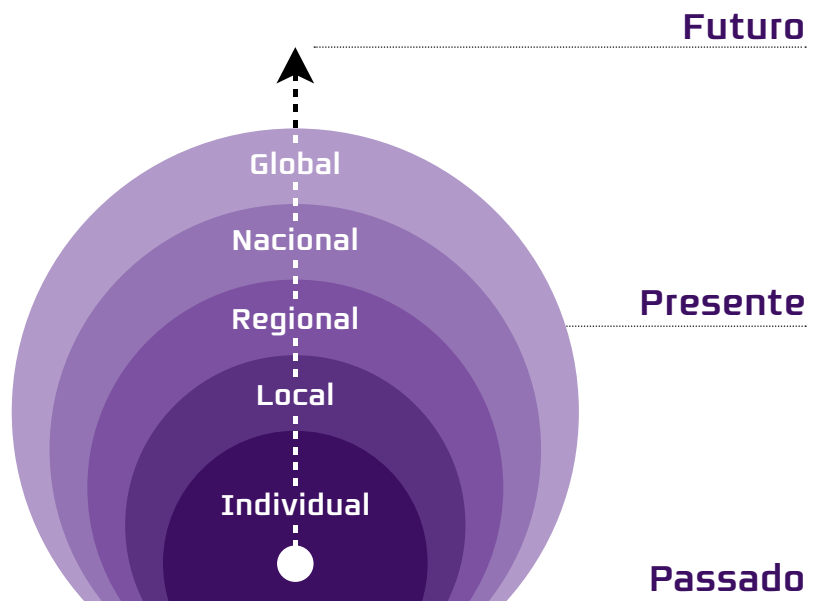


Figura 1. Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira.

Tendo sido definidas as dimensões espacial e temporal, cabe agora traçar objetivos de inserção da Educação Financeira nas escolas que se relacionam a cada uma delas, para que a teia conceitual pedagógica possa ir sendo vislumbrada com clareza e consistência.

Os objetivos que se voltam para a dimensão espacial procuram apontar para dois movimentos distintos, a saber, circunscrição e mobilidade.

De um lado, há o fato de que em certas circunstâncias é preciso ater-se a um determinado espaço. É desejável que cada indivíduo cuide de sua vida financeira de modo adequado para que suas obrigações não atinjam outras pessoas, ou seja, é necessário ficar circunscrito ao espaço individual. Da mesma forma, um país não deveria causar danos ambientais e apresentar a conta ao resto do planeta, isto é, um problema nacional desse tipo deveria ser solucionado no próprio nível nacional, e não no global.

Contudo, se, por outro lado, as pessoas transitarem exclusivamente em seus restritos espaços individuais não conseguirão sentir-se parte dos espaços sociais mais abrangentes. Isso significa que é preciso compreender as diversas inter-relações dos níveis de organização social, por exemplo, a reunião de esforços individuais em torno de projetos que beneficiem a comunidade ou a cooperação entre estados e municípios para se atingir alguma meta nacional. A compreensão dessas inter-relações é ingrediente essencial para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, que, por sua vez, oferecem sustento seguro para a democracia.

Assim, os dois movimentos – circunscrição e mobilidade – se complementam para permitir adequada atenção tanto aos assuntos de natureza individual quanto às necessárias conexões entre indivíduo e sociedade, em prol de projetos que beneficiem a ambos.

Os quatro objetivos a seguir relacionam-se à dimensão espacial da Educação Financeira. Contudo, vale ressaltar que, em se tratando de crianças e de jovens adolescentes, os objetivos são trabalhados em níveis elementares, os quais servem de alicerce para as construções mais complexas que se seguirão nos anos escolares subsequentes.

Objetivo 1 - Formar para a cidadania

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de usufruir várias possibilidades que a vida oferece, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outras. Ser cidadão é ser responsabilmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem a vivência de ações concretas e sem uma mudança de pensamento não é suficiente para se formar cidadãos. É necessário o exer-

cício contínuo da cidadania, ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa. A Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

Objetivo 2 - Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável

O consumo é tratado como um direito, e todos, indistintamente, são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2007), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades, pela consequente tendência ao consumo instantâneo, bem como a rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo.

O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia, a questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumo e poupança configuram-se como “atitudes responsáveis” ao levar em conta os impactos sociais e ambientais.

Deve-se procurar, assim, não transbordar problemas financeiros para o outro, não comprar produtos advindos de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental, reduzir o consumo desnecessário, ampliar a longevidade dos produtos possuídos, reduzir a produção de lixo e doar objetos úteis não desejados.

Consumir e poupar com consciência e responsabilidade, com uma clara preocupação com o outro e com as consequências das decisões tomadas, traduzem o compromisso ético da cidadania.

Objetivo 3 - Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude

À nossa volta, atualmente, circula uma quantidade excessiva de informações e de signos (inclusive financeiros), muitas vezes descontextualizados e incompreensíveis para muitas pessoas. A compreensão da linguagem do mundo financeiro, através de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias

para que tome suas decisões de modo autônomo, embora já se saiba que nem toda decisão é tomada com base em informações. Na verdade, estudos de psicologia econômica indicam a concorrência de variáveis de ordem emotiva nas decisões de ordem financeira (Ferreira, 2007).

Outro benefício advindo da Educação Financeira consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação à publicidade, isso porque uma sociedade marcada pelo consumismo se caracteriza em estimular a depreciação e a desvalorização dos produtos depois de estes terem sido adquiridos. Essa é a cultura do excesso e da frustração, que aposta na irracionalidade dos consumidores e não nas suas estimativas sóbrias e bem informadas, ou seja, estimula emoções que levam ao consumo impetuoso, em vez de cultivar o uso da razão. O campo da publicidade procura aumentar a eficiência das mensagens de consumo e provocar o desejo de adquirir determinados produtos. Ao aprender a fazer uma leitura crítica de mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo, aí incluídos os bens e serviços financeiros, as pessoas se tornam equipadas para tomar decisões com mais autonomia, isto é, consciente das pressões externas e mais de acordo com suas reais necessidades.

Com a introdução da Educação Financeira nas escolas, espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seus próprios destinos de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

Objetivo 4 - Formar multiplicadores

A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de crianças e jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. Dados do final da década de 2000 (Data Popular, 2008) apontam clara associação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores vêm de famílias poupadoras. A tendência gastadora talvez possa ser controlada através de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao público escolar, mas, através dele, atinge-se um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de

conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e ideias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente.

Os objetivos 5 e 6 abaixo relacionam-se à dimensão temporal e se encontram voltados para as articulações entre o passado, o presente e o futuro. A Educação Financeira mostra que o presente contém situações que são o resultado de decisões tomadas no passado. Do mesmo modo, no futuro serão vistas as consequências das ações realizadas no presente.

Objetivo 5 - Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos

A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro fazem com que o tempo seja pulverizado numa multiplicação de “eternos instantes” acidentais e episódicos.

A Educação Financeira intenciona conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. Para se alcançar determinada situação, é necessário um planejamento que contemple distintas etapas de execução, envolvendo priorizações e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente. No caso das séries iniciais do Ensino Fundamental, os alunos experimentam majoritariamente o planejamento de situações de curto prazo, mas são também estimulados a imaginar ações e suas respectivas repercussões no médio e longo prazos mesmo que só o façam qualitativamente, ou seja, sem uma quantificação precisa dos tempos futuros.

Objetivo 6 - Desenvolver a cultura da prevenção

A expectativa de vida aumentou, e o ser humano passa, hoje, mais tempo na condição de aposentado do que no passado recente. Esse aumento, em termos nacionais, constitui um quadro financeiro delicado, uma vez que a pessoa deverá sobreviver com os recursos da aposentadoria por um período mais longo, o que requer um planejamento desde cedo.

Além desse quadro, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas que, por vezes, exigem o dispêndio de uma quantidade de dinheiro não prevista no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações é preciso conhecer progressivamente, conforme a idade o permita, o leque de opções disponíveis, tais como evitar desperdícios, guardar dinheiro, contratar ou não os seguros, os investimentos ou ainda planos de previdência (pública ou privada).

Conquanto os alunos mais jovens estejam distantes de algumas dessas opções, é importante plantar as bases da prevenção, o que se faz por meio de um trabalho sistemático de construção do cuidar do que é valioso para si próprio e para a sociedade.

É aqui oportuna a distinção entre “conhecimento social” e “conhecimento lógico” para que se esclareça como os conceitos de Educação Financeira muitas vezes associados à vida adulta poderão fazer parte da vida infantil. O conhecimento social se refere àquele que se limita a promover familiaridade com determinadas palavras ou termos, ou seja, empresta-lhes um significado inicialmente vago, mas já suficiente para alocá-los em categorias amplas. Por exemplo, uma criança, desde a tenra idade, é capaz de relacionar a palavra “salário” a dinheiro, mesmo que não tenha o menor acesso à composição do salário e às suas relações com tantas outras variáveis como inflação, impostos ou aposentadoria. Da mesma forma, essa criança pode ser capaz de contar até 100 e de ler os números de quatro dígitos que se referem ao seu endereço residencial, sem que necessariamente compreenda que 100 é igual a 10 vezes 10 e que, ao mesmo tempo, é o dobro de 50 e a décima parte de 1.000. Em outras palavras, no que se refere a temas do cotidiano – que é o foco de estudo da Educação Financeira neste programa –, não é preciso aguardar que uma criança seja madura o suficiente para compreender um determinado conceito em toda a sua complexidade lógica. Antes, é mesmo desejável que tenha oportunidades específicas para entrar em contato com os mais variados aspectos do dia a dia de sua vida familiar e do seu entorno para que possa construir os necessários conhecimentos sociais sobre os quais se assentará a sistematização dos conhecimentos lógicos formais dos anos subsequentes. É esse o caminho que o programa de Educação Financeira percorre ao longo dos anos escolares que compõem a Educação Básica.

4. Princípios pedagógicos

O programa de Educação Financeira, com seus materiais didáticos, foi concebido a partir de dois pilares pedagógicos que o sustentam: foco na aprendizagem e religação dos saberes.

4.1. Foco na aprendizagem

O Art. 13, inciso II, da LDB (Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reza que cabe aos docentes “zelar pela aprendizagem dos alunos”. Tal dispositivo indica que o conceito de ensino encontra-se atrelado ao de aprendizagem. Em outras palavras, não se poderia mais falar que “a aula foi excelente, o aluno é que não aprendeu”, porque o ensinar passa a estar profundamente comprometido com o aprender.

É nesse contexto que o trabalho a partir de competências galga um patamar de apreciável importância, por ser um instrumento que se conecta estreitamente à aprendizagem do aluno. Assim, quando ele se engaja em uma atividade que foi concebida como oportunidade de exercício de uma dada competência significa que irá acionar os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras da vida cotidiana. É certo que para acionar conhecimentos é preciso que, antes, o aluno deles se aproprie. O diferencial do ensino com foco no desenvolvimento de competências é que tais conhecimentos são apresentados dentro de um contexto no qual o aluno se reconhece e pode, assim, construir as relações e significados necessários para aprender.

O elenco de competências trabalhadas junto aos alunos ao longo do estudo dos conceitos de Educação Financeira encontra-se diretamente ancorado nos objetivos. O Quadro 1 apresenta a conexão entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

	Objetivos		Competências
Objetivos espaciais	Ob1	Formar para a cidadania	Debater direitos e deveres
	Ob2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
			Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar
	Ob3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	Ler e interpretar textos simples do universo da Educação Financeira
Ler criticamente textos publicitários			
Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais			
Ob4	Formar multiplicadores	Atuar como multiplicador	
Objetivos temporais	Ob5	Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos	Elaborar planejamento financeiro com ajuda
	Ob6	Desenvolver a cultura da prevenção	Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente
Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente			

Quadro 1. Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

A partir do Quadro 1 foi criado o Decágono de Competências (Figura 2) – o principal instrumento para se manter o compromisso com a aprendizagem do aluno – que ilustra as múltiplas relações das competências entre si.

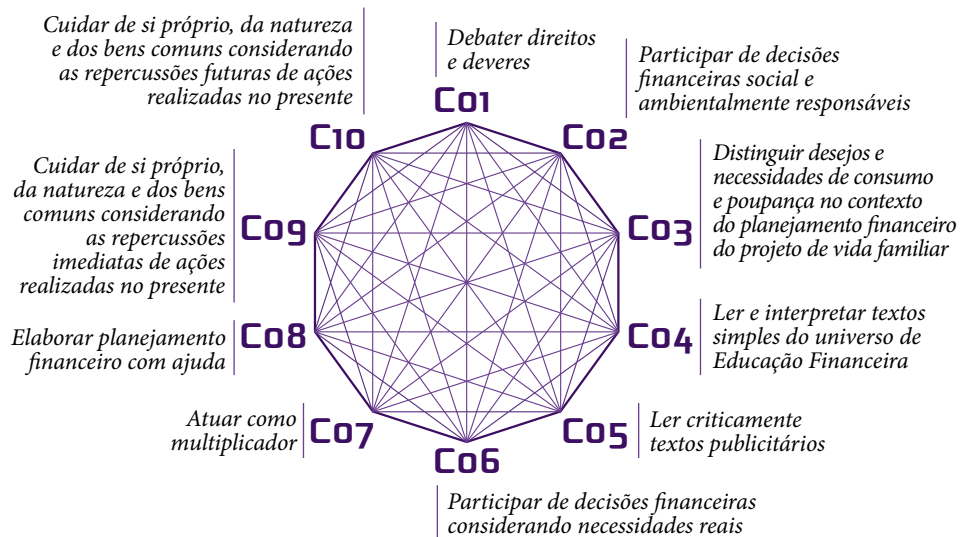


Figura 2. Decágono de Competências

4.2. Religação dos saberes

A Educação Financeira promove um diálogo articulador entre as áreas do conhecimento porque entende que são necessárias contribuições de várias delas para que vicejem conceitos e comportamentos financeiros saudáveis. Daí a indicação de que a Educação Financeira seja introduzida na escola como um tema que transite com desenvoltura entre as referidas áreas, guardando-se o cuidado de se adequar o nível de complexidade de acordo com a faixa etária dos alunos.

Sendo assim, o programa foi concebido para ser utilizado por quaisquer professores independentemente de sua especialidade porque se entende que a natureza da Educação Financeira não pode ser disciplinar. Ela navega por meio de diálogo entre as áreas do conhecimento, delas tomando emprestados conceitos, procedimentos, ferramentas ou aplicações. Na verdade, espera-se que os professores ministrem aulas de Educação Financeira por meio de sua porção cidadã, mais do que pelo concurso de sua especialidade docente, já que o programa se destina a educar para a vida financeira real que todos enfrentarão de modo pleno na fase adulta.

O termo religação dos saberes foi cunhado por Morin (1998) em encontro realizado por encomenda do governo francês, que à época buscava encorajar maneiras de conjugar os conhecimentos em torno dos problemas essenciais da humanidade e de lidar com a fragmentação dos saberes, compartimentados em disciplinas diversas e inseridos em múltiplas realidades. Se no passado distante as ciências se fundiam e se nos séculos que se seguiram à antiguidade clássica foram lentamente se destacando umas das outras até causar a separação que marca a disciplinaridade da era moderna, agora é chegado o tempo de restabelecer o necessário diálogo entre elas.

Além disso, a complexidade dos fenômenos do mundo atual não pode ser compreendida por ciências isoladas e a Educação Financeira pode ao mesmo beneficiar-se e contribuir para tal diálogo, já que seus conteúdos extrapolam os limites do mundo financeiro e invadem os conteúdos escolares.

5.0 trabalho de 5º ao 9º ano

Os estudos sobre diversas experiências internacionais confirmam que os alunos aprendem melhor com situações do cotidiano ou situações em que eles possam interagir. Para atender a essa premissa os livros de 5º ao 8º ano foram criados com uma abordagem lúdica que privilegia a participação ativa dos alunos e o livro do 9º ano apresenta os conceitos simulando o mundo virtual que encanta os alunos.

Os conceitos financeiros foram trabalhados tendo como pano de fundo narrativas imaginárias. Essa estratégia favorece um envolvimento maior dos alunos, pois está alinhada à linguagem dessa faixa etária.

O livro pode ser utilizado pelo professor de qualquer matéria. O professor pode aproveitar para enriquecer o material acrescentando atividades específicas da sua disciplina. Por exemplo, em Língua Portuguesa, o livro traz oportunidades interessantes para se trabalhar a competência de leitura dos alunos, como também o conceito de autoria, pedindo aos alunos que criem alternativas diferentes para as histórias. Na disciplina de Matemática, o livro possibilita que o trabalho privilegie o caráter construtivo do conhecimento matemático permitindo ao aluno compreender e transformar sua realidade, desenvolver a capacidade de observar, estabelecer relações, argumentar matematicamente e a relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras, escritas numéricas) e relacionar estas representações com princípios e conceitos matemáticos.

6. Orientações para aplicação do programa na escola

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, determina que “a avaliação da aprendizagem deve ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica”, ou seja, os resultados apresentados pelos alunos precisam reverter sobre o planejamento da ação pedagógica subsequente.

A avaliação da aprendizagem do aluno – Programa de Educação Financeira do Ensino Fundamental – foi definida a partir dessa orientação e, também, em função dos resultados positivos obtidos pela avaliação de impacto aplicada no projeto piloto do Programa de Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio, em 2010 e 2011, com 26.000 alunos. Foi demonstrado que os alunos que passaram pelo Programa aumentaram seus conhecimentos sobre Educação Financeira e criaram atitudes que fornecem boa base para uma vida financeira saudável.

Para definir como seria a avaliação de aprendizagem do aluno no Programa do Ensino Médio, foram utilizados os resultados de um estudo realizado no Reino Unido (2006) a respeito de experiências britânicas com programas de Educação Financeira, que apontou que a prática de autoavaliação foi a melhor maneira de se promover a avaliação da aprendizagem. Os dados indicaram, ainda, que tal prática forneceu ao educando crescente autonomia e controle de sua aprendizagem, o que comprovou ser bastante positivo e motivador para que se tornasse um estudante independente. Alunos autônomos se tornam adultos igualmente autônomos e, por conseguinte, social e ambientalmente responsáveis.

Em vista dessas considerações, a recomendação é que os professores promovam frequentes conversas com a turma sobre o processo de aprendizagem, de modo que cada aluno tenha a oportunidade de pensar, de modo autoavaliativo, se e como está aprendendo os comportamentos e conhecimentos mais importantes do Programa.

7. Avaliação da aprendizagem do aluno

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, determina que “a avaliação da aprendizagem deve ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica”, ou seja, os resultados apresentados pelos alunos precisam reverter sobre o planejamento da ação pedagógica subsequente.

A avaliação da aprendizagem do aluno do Programa de Educação Financeira do Ensino Fundamental foi definida a partir dessa orientação e, também, em função dos resultados positivos obtidos pela avaliação realizada após a realização do projeto piloto do Programa de Educação Financeira nas Escolas de Ensino Médio, aplicado em 2010 e 2011, em 26.000 alunos. Foi demonstrado que os alunos que passaram pelo Programa aumentaram seus conhecimentos sobre Educação Financeira e criaram atitudes que fornecem boa base para uma vida financeira saudável.

Para definir como seria a avaliação de aprendizagem do aluno nesse programa do Ensino Médio, foram utilizados os resultados de um estudo realizado no Reino Unido (2006) a respeito de experiências britânicas com programas de Educação Financeira, que apontou que a prática de autoavaliação foi a melhor maneira de se promover a avaliação da aprendizagem. Os dados indicaram, ainda, que tal prática forneceu ao educando crescente autonomia e controle de sua aprendizagem, o que comprovou ser bastante positivo e motivador para que se tornasse um estudante independente. Alunos autônomos se tornam adultos igualmente autônomos e, por conseguinte, social e ambientalmente responsáveis.

Em vista dessas considerações, a recomendação é que os professores promovam frequentes conversas com a turma sobre o processo de aprendizagem, de modo que cada aluno tenha a oportunidade de pensar, de modo autoavaliativo, se e como está aprendendo os comportamentos e conhecimentos mais importantes do Programa.

PARTE II - Apresentação do Material didático

O Livro do Aluno de Educação Financeira do 9º ano utiliza o formato de um website, por isso é chamado de “impressite”. Ele foi organizado de forma modular, ou seja, não linear, que permite flexibilidade de navegação pelas seções que o compõem. Nessas seções são consolidados temas já trabalhados nos anos anteriores do Ensino Fundamental, como: consumo, poupança, orçamento, planejamento, espaço público e privado, tributos, juros compostos.

A primeira página do Livro é a Home, onde é feita a apresentação das seções e dos temas:

Reportagens: esta seção apresenta matérias escritas por alunos fictícios para um jornal on-line da escola. Os textos trabalham hábitos inadequados de consumo, armadilhas mentais e apresenta o conceito de empreendedorismo social. O uso de declarações de pessoas sobre os problemas que enfrentaram e das observações de repórteres contextualiza os conceitos para os alunos.

Entrevistas: aqui são simuladas entrevistas com professores e especialistas sobre diferentes assuntos de educação financeira: pessoas gastadoras versus poupadoras; as vantagens e desvantagens do uso do cartão de débito e do cartão de crédito; e órgãos de proteção e defesa do consumidor como o Procon. As entrevistas trazem uma linguagem informal, e permitem uma abordagem mais rápida e objetiva de dúvidas comuns dos alunos.

Crônica: seção intitulada “Vivendo e aprendendo” traz a história de duas personagens que conseguiram progredir na vida poupando de forma planejada. Tendo como personagem principal um jovem que almeja se tornar DJ, a crônica busca demonstrar que, para ser mais eficaz, o esforço de poupança deve obedecer a um planejamento. A intenção de fazer uma poupança a partir do “dinheiro que sobrar no final do mês” dificilmente é alcançada, pois não gera disciplina, permitindo que sempre surja algum gasto a se fazer. Para manter o tom coloquial jovem da personagem protagonista, a crônica apresenta algumas gírias e regionalismos que você poderá esclarecer no Glossário de Gírias e Regionalismos no Anexo 1, na página 49.

Colunas: nesta seção colunistas discorrem sobre diferentes conceitos financeiros.

- *Dicas do Daniel:* esta coluna aborda o hábito de várias pessoas de comprar a prazo numa tentativa de poupar, pois elas acreditam que se não fizerem isso acabarão gastando o dinheiro em outra coisa e não conseguirão comprar o bem de alto preço que desejam. O colunista mostra que essa estratégia normalmente sai mais caro do que poupar primeiro para depois comprar à vista.
- *Fala Fabiana:* a colunista conversa sobre juros compostos, mostrando a lógica por trás deles e como podem beneficiar as pessoas por meio das aplicações em investimentos que pagam juros, e também como podem prejudicar se a pessoa contrair dívidas corrigidas por juros compostos.
- *Luiza Leite:* nesta coluna fala-se sobre o baixo nível de poupança

dos brasileiros e como investimentos podem multiplicar o valor da poupança realizada beneficiando os poupadores. A relação risco X retorno dos investimentos é abordada. Esta é uma questão importante para os alunos refletirem, pois envolve planos de longo prazo, como a aposentadoria. Aqui há uma questão para o aluno refletir sobre como reagiria diante de uma possibilidade de investimento. Trata-se de uma situação fictícia para trabalhar esse ponto em termos teóricos e conceituais.

- *Canto do Celso*: o ponto aqui é a importância do planejamento para que os objetivos sejam alcançados. Mostra-se que planejar é muito mais do que se tentar prever o futuro, é determinar quais são os objetivos que se deseja alcançar de forma ponderada e depois determinar os passos necessários para conseguir isso. O aluno é chamado a fazer seus planos para o futuro e a pesquisar sobre os meios para alcançar seus objetivos.
- *Madame Mágica*: numa alusão bem-humorada às videntes de jornal, discorre-se aqui sobre a importância de estimativas adequadas para um bom planejamento. Os erros mais comuns são apontados, bem como sugestões para evitá-los. Todos nós fazemos estimativas constantemente em nossas vidas diárias, falta um pouco mais de cuidado e técnica ao fazê-las.
- *Vitória Valente*: a coluna mostra como um orçamento pode ajudar a pessoa a controlar suas contas a pagar, ter uma noção melhor de suas receitas e, assim, gerenciar sua vida financeira de forma mais adequada. Um orçamento simples é apresentado, bem como uma organização básica de despesas em categorias como habitação, transporte, saúde, higiene, lazer etc.

Conto: nesta seção é apresentada uma websérie em três episódios, que conta a história da personagem Marisa, tendo como temas planejamento e orçamento. A narrativa mostra a importância de se fazer um planejamento para transformar sonhos em metas e objetivos que podem ser alcançados. As personagens controlam suas contas a partir de um orçamento para ter disciplina, cumprir o planejado e alcançar seus objetivos, ou não o fazem e passam por dificuldades financeiras. Seguindo a lógica de websérie, há momentos dramáticos, chamadas para o episódio seguinte etc. Ao longo da websérie há boxes com conceitos de educação financeira pertinentes ao momento da história.

Fórum: a seção apresenta a postagem de mensagens e seus comen-



tários sobre o tema sustentabilidade. É abordada a questão do desperdício de recursos e há sugestões para reduzir ou eliminar o problema. Os impactos de ações individuais sobre o meio ambiente são enfatizados, e nesse sentido são apresentados os 5 “R”s (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar) para reflexão pelos alunos. O tópico “bolso sustentável” traz uma relação mais direta com a educação financeira, tratando da importância do planejamento e da análise de despesas. Debate-se então sobre o preço para compras a prazo e à vista, além do tema dos investimentos de longo prazo e a aposentadoria. Os cuidados para preservação do patrimônio também são abordados. Por fim, são trabalhados os espaços públicos, orçamentos públicos e tributos, sua importância para o bem-estar social e a consequente necessidade de prestar atenção a esses assuntos.

Experimente: esta seção traz atividades que os alunos deverão realizar em grupo e que proporcionam uma interface entre o que aprenderam em sala e sua realidade cotidiana. Essas atividades, além de desenvolver as competências de autonomia, iniciativa, cooperação e pesquisa, almejam consolidar os conhecimentos financeiros. As tarefas foram agrupadas em: hábitos de consumo; hábitos de poupança; orçamento e planejamento; espaço público e privado; aplicado à educação financeira em sua vida pessoal e familiar. Algumas das atividades abordam o letramento financeiro: processo por meio do qual os indivíduos se apropriam dos textos que circulam na esfera da vida financeira – instituições e situações nas quais esses textos se materializam.

Busca Avançada: esta seção traz um glossário com termos pertinentes aos conceitos de educação financeira.

Orientações para o planejamento das atividades

As regras da dinâmica se dividem em: regras de interação e regras que permitem vivenciar conceitos financeiros.

A) Regras de Interação

Professor, para organizar a aplicação do Livro do Aluno sugerem-se as seguintes etapas:

- **Etapla 1:** Preparação – ação do professor
- **Etapla 2:** Pré-leitura – Leitura – Pós-leitura - ações com os alunos

Etapa 1

Preparação: etapa de planejamento das aulas. Defina os dias em que será feita a leitura dos textos do Livro e a realização das tarefas. Como as seções apresentadas no Livro do Aluno permitem a realização de trabalhos interdisciplinares, busque a colaboração de colegas que poderão planejar desdobramentos das leituras e tarefas em suas aulas. Conheça os conceitos financeiros que serão trabalhados, bem como os textos, para, se necessário, esclarecer dúvidas sobre os textos lidos e ajudar os alunos a tomar decisões sobre como realizar as atividades propostas.

Etapa 2

Pré-leitura: converse com os alunos sobre as experiências deles com sites de notícias na Internet, bem como blogs, fóruns, listas de discussão, redes sociais etc. Explique a proposta do impressite, um livro impresso sob a forma de um site.

Pode ser muito importante verificar quais são os conhecimentos que os alunos já possuem sobre os conceitos financeiros a serem trabalhados: consumo \times poupança, armadilhas psicológicas, controle de gastos, planejamento, orçamento, categorização de despesas e receitas, compras à vista e a prazo, juros, seguros, espaços públicos, serviços públicos, informações públicas, tributos, empreendedorismo.

Leitura: este é o momento em que os textos serão lidos pelos alunos, individualmente ou em grupo.

É interessante promover debates em sala, nesse momento os alunos aprendem a organizar a argumentação para fundamentar suas ideias e decisões financeiras. Converse com os alunos, veja se eles já conheciam os conceitos apresentados nos textos. Exerça o papel de mediador para que os debates sejam ricos e dinâmicos, mas mantenham o foco da questão.

Apresente as atividades que deverão ser realizadas e estabeleça o prazo de entrega.



Pós-leitura: nesta etapa os alunos deverão apresentar as tarefas realizadas. Essas tarefas são importantes, pois fazem a ponte entre os conceitos trabalhados em sala e a vida cotidiana, como também possibilitam a atuação dos alunos como multiplicadores, contando o que eles aprenderam para seus familiares e amigos.

Educação Financeira: conceitos, armadilhas psicológicas e questões atitudinais

Os conceitos de Educação Financeira, bem como as atitudes mais adequadas para uma vida financeira saudável, são trabalhados por meio da leitura dos diferentes textos que compõem o impressite e pelas tarefas a serem realizadas pelos alunos.

As reportagens fictícias, websérie e crônica trazem as consequências de decisões tomadas por diferentes personagens em suas vidas, apontando para a importância de se conhecer esses conceitos, adotar atitudes mais adequadas e evitar armadilhas psicológicas. O aluno também tem à sua disposição um glossário, ao final do Livro, com os principais conceitos trabalhados.

Observe o quadro abaixo que relaciona os Conceitos Financeiros trabalhados com os Objetivos e Competências estipulados no Quadro 1, apresentado na Parte I deste documento, nas diferentes seções do livro.

Seções	Conceitos	Objetivos	Competências
Reportagens Entrevistas	Consumo: pessoas gastadoras X poupadoras	OB 2 e OB 3	CO 2 e CO 6
	Armadilhas mentais de consumo	OB 2 e OB 3	CO 3 e CO 6
	Desperdício	OB 2 e OB 6	CO 2 e CO 10
	Cartão de débito e crédito	OB 2	CO 6 e CO 10
	Defesa do Consumidor	OB 1	CO 1
	Empreendedorismo	OB 3 e OB 5	CO 6 e CO 8
Vivendo e Aprendendo Colunas	Poupança programada	OB 5	CO 8
	Preço X Valor	OB 2 e OB 3	CO 5 e CO 6
	Compra a prazo	OB 3 e OB 5	CO 5 e CO 8
	Juros	OB 3 e OB 6	CO 4 e CO 8
	Investimento	OB 3	CO 4
	Risco X Retorno	OB 3	CO 6

Colunas Web-série	Planejamento	OB 5 OB6	CO 8 e CO 10
	Estimativas	OB 5	CO 8
	Orçamento	OB 2, OB 3, OB 4	CO3, CO 6 e CO7
	Categorização de Despesas	OB 3 e OB 4	CO 3, CO 6 e CO7
	Patrimônio	OB 2, OB 3 e OB 5	CO 3, CO 4 e CO 8
Web-série Fórum	Seguros	OB 3 e OB 6	CO 4 e CO 10
	Espaço Público	OB 1 e OB6	CO 1 e CO 9
	Orçamento Público	OB 1 e OB 4	CO 1 e CO 7
	Informações Públicas	OB 1 e OB 4	CO 1 e CO 7
	Tributos	OB1 e OB 3	CO 1 e CO 4

Quadro 2: Conceitos financeiros, Objetivos e Competências


Conceitos abordados em Educação Financeira

No Livro do 9º ano foram apresentados os seguintes conceitos de Educação Financeira:

Código de Defesa do Consumidor (CDC): é uma Lei Federal que veio para proteger a parte mais vulnerável na relação de consumo, qual seja: o consumidor. O CDC foi elaborado a partir de uma determinação da nossa Constituição Federal que estabeleceu, dentre outros, os direitos básicos dos consumidores.

Consumismo: hábito ou ação de consumir muito, em geral sem necessidade (Aurélio). O excesso de consumo é um problema que afeta as pessoas e o meio ambiente, gerando desperdícios e ameaçando a exaustão de recursos não renováveis, como o petróleo, e mesmo de renováveis, como o ar e a água. Há uma finitude de recursos que deve ser abordada com os alunos que inclui, por exemplo, o tempo, o esforço e a atenção, visto que não é possível fazer todas as coisas que desejamos dentro do tempo de que dispomos. Nesse sentido, pode ser interessante trabalhar com a turma o vídeo “A História das Coisas” (The Story of Stuff), disponível em <http://www.storyofstuff.org/> e que aborda essas questões de forma acessível e interessante.

Desperdícios: são gastos que fazemos sem pensar e que pouco ou nada acrescentam à nossa qualidade de vida. Gastar mais do que precisamos, por exemplo, com luz e água, compromete o meio ambiente e faz com que as contas de luz e água sejam maiores do que precisariam ser. O mesmo vale para outros gastos, como comprar coisas que na verdade não desejamos apenas para acompanhar os outros, para impressionar pessoas, por impulso etc. Além disso, gastar muito com coisas que pouco queremos e das quais não precisamos é mais do que



perder dinheiro: também é um desperdício ambiental. Tudo o que compramos foi construído com materiais extraídos da natureza, pode ter passado por processos industriais que danificam o meio ambiente e provavelmente foi transportado em algum momento, o que também tem seus impactos ambientais. Além disso, quando descartado vira lixo. O problema do desperdício e das formas de reduzi-lo por meio dos chamados 5 “R”s (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reaproveitar) é fundamental para a sustentabilidade (ver verbete a seguir). Nesse ponto é interessante apresentar para os alunos os conceitos de “obsolescência programada” e “obsolescência percebida”.

Empreendedorismo: pode ser definido como o processo de criar algo novo com valor, dedicando-se o tempo e o esforço necessários, assumindo os correspondentes riscos financeiros, psicológicos e sociais e recebendo as recompensas consequentes da satisfação e da independência pessoal e econômica. Ou seja, você inicia um empreendimento normalmente abrindo um negócio, buscando inovar em relação ao que já existe, mas trazendo um novo significado.

Empreendedorismo por Necessidade × Empreendedorismo por Oportunidade: quando a pessoa se torna empreendedora porque precisa urgentemente recuperar ou aumentar sua renda trata-se do empreendedorismo por necessidade. Por exemplo, após ser demitida e não encontrar emprego, ela abre um pequeno negócio para sustentar a si e sua família. Empreendedorismo por oportunidade é quando a pessoa vislumbra uma oportunidade para abrir seu próprio negócio, tornando-se empreendedora ao atender a uma necessidade não satisfeita no mercado e, com isso, aumentando sua renda.

Empreendedorismo Social: a abertura do próprio negócio pode ser a face mais conhecida do empreendedorismo, mas a turma deve perceber que a atitude empreendedora pode estar presente e ser decisiva em outras circunstâncias, tais como o empreendedorismo social, por meio do qual conceitos e técnicas do empreendedorismo podem ser usados para trabalhar com necessidades da comunidade de forma inovadora. O site do Sebrae traz vários artigos sobre empreendedorismo, incluindo o perfil de pessoas empreendedoras. www.sebrae.com.br.

Empréstimo: É o mecanismo utilizado para ter disponível, no presente, uma quantia em dinheiro que só se conseguiria alcançar no futuro, fazendo poupança. O valor emprestado, mais os juros e encargos cobrados pela instituição financeira, vira uma dívida, que deverá ser paga na forma e no prazo combinados (valor e quantidade de parcelas, por exemplo). No empréstimo, o valor emprestado não

tem destinação específica, isto é, a pessoa pode utilizar o dinheiro que pegou emprestado onde e como quiser.

Estimativas: basicamente são previsões. Lidamos com estimativas no dia a dia, mesmo que não usemos esse nome. Por exemplo, quando as pessoas de uma casa fazem compras elas fazem uma estimativa de quanto de arroz e feijão precisam comprar para a família e o quanto esses itens devem estar custando. Para isso, elas usam suas experiências, mas também precisam ficar de olho nas mudanças. O mesmo vale para despesas. Estimar despesas corretamente é importante para não se ter uma surpresa ruim. Afinal, os preços podem ter mudado desde o mês passado, eles talvez tenham subido ou talvez esteja ocorrendo alguma promoção.

Em geral erramos nas estimativas e previsões por excesso de otimismo. É comum superestimarmos os recursos que possuímos, pensando que haverá mais dinheiro, tempo ou materiais do que realmente teremos. Também é comum subestimar as dificuldades, despesas e obstáculos que serão enfrentados. Isso faz com que na hora de pôr em prática as coisas corram de forma bem diferente do planejado. Por isso é preciso tomar muito cuidado com suas estimativas e previsões para não errar para mais ou para menos.

Financiamento: É um crédito que a pessoa obtém para comprar um bem, como uma casa, um carro, um eletrodoméstico. O pagamento do bem é feito de forma parcelada por meio de carnês, boletos de cobrança, débitos em conta corrente, cartão de crédito, cheques etc. O financiamento pode incluir custos como juros, tarifas, impostos, entre outros encargos.

Financiamento × Empréstimo: os financiamentos normalmente têm juros mais baixos que os empréstimos porque eles estão associados à compra de um bem, que pode ser tomado pela instituição financeira. Empréstimos não têm essa associação, e a instituição financeira pode ter dificuldades em recuperar o recurso que emprestou. Como o risco nesse caso é maior, então os juros também são mais altos para quem toma emprestado.

Isso na maior parte dos casos, porque os empréstimos consignados também têm um risco relativamente baixo. Trata-se dos empréstimos concedidos a pessoas que têm uma renda fixa, como um salário, aposentadoria ou pensão. Nesses casos o pagamento do empréstimo é feito por meio de descontos feitos sobre essas remunerações, ou seja, a pessoa recebe o seu salário ou aposentadoria já tendo sido descontado o valor da prestação. Isso dá segurança à instituição fi-





Shutterstock | Business Photo.com

nanceira, já que a quantia devida é descontada antes que a pessoa tenha acesso ao salário, à pensão ou à aposentadoria. Como o risco de inadimplência – ou seja, de não receber o valor emprestado – é menor que em outras modalidades de empréstimo, as instituições financeiras normalmente cobram juros mais baixos para esse tipo de operação, se comparada com o cheque especial ou cartão de crédito, por exemplo. Contudo, ainda assim esse tipo de empréstimo não pode ir além de 30% (pouco menos que um terço) da renda da pessoa. Outros tipos de empréstimos também têm suas limitações.

Um bom planejamento financeiro deve analisar com cuidado qual é a melhor opção: empréstimo ou financiamento ou fazer uma poupança para comprar à vista. Por exemplo, fazer um financiamento para comprar um carro e começar logo a trabalhar como taxista talvez possa fazer sentido.

O mesmo poderia ser válido para comprar uma nova máquina de costura e poder trabalhar fazendo costuras em casa.

Investimento: destinação do dinheiro à ampliação da riqueza e do patrimônio. As empresas e o governo investem principalmente no aumento de sua capacidade de produzir bens e serviços. As famílias fazem isso, por exemplo, quando investem na educação dos seus membros. É preciso definir qual é o objetivo do investimento e, em seguida, decidir que tipo de investimento fazer para alcançá-lo. As famílias fazem investimentos quando destinam dinheiro para melhorar suas condições de vida. Normalmente elas investem o saldo, o dinheiro que sobrou no mês, em aplicações financeiras, recebendo juros que aumentam o dinheiro investido. Enquanto nos empréstimos nós pagamos juros, com os investimentos nós recebemos rendimentos (juros ou outras formas de remuneração). Existem várias opções para investir seu dinheiro, é importante sempre pesquisar antes de decidir. Os investimentos trabalham dentro da relação risco X retorno, ou seja, quanto maior for a possibilidade de retorno, maior o risco com a possibilidade de perda dos recursos investidos.

Juros: Sobre esse assunto é importante que os alunos compreendam que juros é basicamente o preço do dinheiro no tempo. Para emprestar a um cliente, no momento presente, certa quantia que ele só teria no futuro e depois de poupar por algum tempo, as instituições financeiras vão cobrar o pagamento não só da quantia emprestada, mas também um valor adicional. Esse valor adicional são os juros. Inversamente, se esse cliente depositar a mesma quantia em alguma aplicação do banco, vai esperar um valor maior quando fizer o resgate tempos depois. Nesse caso, é o banco que paga os juros por só

devolver no futuro o dinheiro que recebeu em depósito no presente. Também é possível entender os juros como um “aluguel” que alguém paga por usar um dinheiro que não é seu (por exemplo, quando se pega um empréstimo, faz um financiamento ou compra a prazo) ou o “aluguel” que uma pessoa recebe por deixar outra pessoa utilizar o seu dinheiro (por exemplo, quando se coloca o dinheiro na caderneta de poupança).


Obsolescência programada: produtos são projetados para que se tornem lixo o mais rapidamente possível, seja porque foram programados para serem usados uma vez e jogados fora (ex.: garrafas PET), seja porque param de funcionar com o tempo (alguns eletrodomésticos), ou porque se tornam incompatíveis com outros produtos equivalentes com os quais se espera que trabalhem em conjunto (software e hardware).

Obsolescência percebida: novos produtos surgem no mercado com a intenção de fazer-nos jogar fora coisas que ainda são úteis e que se encontram em perfeito estado. Uma das formas com que isso é feito é mudando a aparência das coisas, de forma que todos percebam que você comprou o produto há alguns anos e, por isso, está “fora de moda”, “desatualizado”, enfim, há uma pressão social para consumir o produto novo.

Orçamento: a palavra “orçamento” é usada no dia a dia com dois sentidos diferentes. Quando uma pessoa pede um “orçamento” para fazer reparos na casa, por exemplo, ela está se referindo a quanto uma pessoa cobraria para fazer o serviço. Para poder comparar esses orçamentos é importante certificar-se de que os serviços oferecidos são similares (material utilizado, prazo de conclusão e resultado final. Afinal, você não vai comparar laranjas com cobertores!). O mesmo vale para orçamentos para compra de materiais. O ideal é pegar orçamentos em três fornecedores diferentes para poder fazer uma boa pesquisa de preços.

O outro sentido da palavra “orçamento” se refere ao orçamento pessoal ou doméstico/familiar, que é uma ferramenta financeira. Simplificando, podemos ver esse tipo de orçamento como uma tabela onde em um dos lados estão as receitas, ou seja, o dinheiro que entra, e do outro as despesas, ou seja, o dinheiro que sai. A diferença entre receita e despesa é o saldo, que pode ser positivo, negativo ou nulo, de acordo com o resultado. $Receita - Despesa = Saldo$. Se $Receita > Despesa$, Saldo é Positivo. Se $Receita < Despesa$, Saldo é Negativo. Se $Receita = Despesa$, Saldo é Nulo.





Esse tipo de orçamento traz despesas e receitas previstas para o período e precisa ter flexibilidade e prioridades claras para que se possam fazer os ajustes necessários entre o que se previu e o que está ocorrendo. É comum a percepção de que o orçamento tem unicamente a função de reduzir despesas. É importante que os alunos percebam que ele é uma ferramenta de uso mais amplo do que esse. Para isso, sugerimos que seja apresentada uma visão integrada entre Planejamento e Orçamento, de forma que o orçamento disponibilize os dados para que sejam feitas as estimativas e o planejamento. Da mesma forma, as metas estabelecidas pelo planejamento são vitais para o posterior ajuste e a disciplina na manutenção do orçamento. Percebe-se então um círculo virtuoso entre essas duas ferramentas, que pode contribuir decisivamente para que a família tenha uma vida financeira mais saudável.

A categorização de despesas (alimentação, saúde, transporte, lazer, higiene etc.) em um orçamento pode suscitar grandes debates, e é possível encontrar na literatura sobre educação financeira a mesma despesa classificada de diferentes formas. Optamos neste livro por um exemplo mais simples, para facilitar a compreensão do conceito de categorização e sua importância para análise e planejamento de receitas e controle de orçamento. Como classificar uma despesa pode ser um bom ponto de debate com a turma, sugerimos inclusive criar duas famílias fictícias onde a mesma despesa é classificada de forma diferente de acordo com a realidade de cada família. O importante é que os critérios sejam razoáveis, consistentes e sejam mantidos ao longo do tempo.

Patrimônio: conjunto de bens e direitos (que podem ser imóveis, aplicações financeiras etc.) de uma pessoa ou empresa, que tem valor econômico.

Planejamento: refere-se ao conjunto de ações que se inicia ao traçar metas e avaliar as dificuldades no caminho para vencê-las; depois evolui para se elaborar um plano com etapas para atingir as metas, contornando ou resolvendo as dificuldades previstas.

Poupança programada: dentro de um planejamento pode ser trabalhada em contraponto a compra a prazo como uma forma normalmente inadequada, ou pelo menos mais custosa, de se “forçar a poupar”. Guardar dinheiro por algum tempo para depois comprar o produto à vista pode ser mais vantajoso, principalmente se considerarmos que o pagamento a prazo muitas vezes traz juros embutidos no valor das prestações a serem pagas. Há estabelecimentos comer-

ciais que oferecem descontos para o pagamento à vista. Este tópico em particular pode gerar grandes debates em uma plenária envolvendo a turma inteira, trazendo exemplos do comércio que abordem a diferença de preço entre pagar o produto à vista e a prazo.

Preço e valor: a percepção de que preço e valor são coisas diferentes nem sempre é fácil. Para muitas pessoas as coisas que são mais caras automaticamente são também mais valiosas. Os alunos são levados a perceber que há coisas que são valiosas para nós e não para os outros, e vice-versa, e muitas dessas coisas não são caras. Apresenta-se também como muitas vezes nos deixamos levar pela publicidade ou pelos amigos e acabamos comprando coisas e pagando por elas um preço bem maior do que o valor que acabamos dando para elas. Cuidados com o consumo, o valor histórico e cultural de locais, objetos e costumes, a preocupação com o outro, o cuidado de si são trazidos dentro de uma visão de sustentabilidade para que os alunos se preocupem em manter uma vida que de fato seja mais valiosa para eles sem se deixar levar pela publicidade ou pelo preço das coisas como indicador necessário de sua qualidade.

Risco: possibilidade de que um evento ruim aconteça. Em Educação Financeira podemos dizer que o risco é um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade da pessoa, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica. Ou seja, você pode perder dinheiro ou bens.

Relação Risco/Retorno: após aprenderem que o valor de sua poupança pode ser multiplicado se a aplicarem em um investimento financeiro e assim receber juros, ao invés de pagá-los em compras a prazo, é importante que os alunos entendam como a relação risco/retorno funciona nos investimentos: quanto maior a possibilidade de retorno, maior o risco associado ao investimento. Ou seja, quanto maior for o retorno esperado, maior o risco envolvido. Assim, os investimentos que pagam mais juros são os mais arriscados, com maior possibilidade de perda, e vice-versa. Portanto, se alguém lhe oferecer um investimento de baixo risco que paga juros altos, desconfie, porque esse tipo de coisa é muitíssimo improvável.

Seguro: contrato pelo qual uma das partes (a seguradora) se obriga a indenizar a outra (o segurado) em caso da ocorrência de determinado risco (roubo, acidente etc.), em troca do recebimento de uma quantia de dinheiro, chamada prêmio de seguro. Quando esses riscos ocorrem dá-se o nome de sinistros. Quanto maior for o risco percebido, maior o prêmio do seguro.





Sustentabilidade: significa a capacidade de criar, produzir e consumir de forma a suprir as nossas necessidades sem causar impactos negativos ao planeta e às pessoas e de forma a garantir recursos para as gerações futuras. A sustentabilidade está ligada, portanto, à noção de perpetuidade, à busca da preservação de recursos para além do presente, garantindo o futuro de nossos filhos, netos, bisnetos e as demais gerações que virão. O grande desafio dos habitantes de nosso planeta é aproveitar da melhor forma os recursos naturais, renováveis e não renováveis, sem esgotá-los.

Tributos: são a principal fonte de recursos dos governos federal, estaduais e municipais para que eles possam prestar diversos serviços à população, tais como defesa nacional, saúde e educação públicas, preservação de espaços públicos, como praças e parques, campanhas nacionais de vacinação, bombeiros e defesa civil, iluminação pública, dentre outros. Os principais tributos são os impostos, taxas e contribuições. O conceito de cada um é explanado brevemente no livro do aluno, apresentando-se as diferenças entre impostos e taxas, impostos indiretos e impostos diretos e ainda as contribuições de melhoria e as contribuições sociais.

Os tributos têm uma importante função social em nosso país. Entender a função social do tributo significa compreender que o Estado existe para a consecução do bem comum e que a sociedade é a destinatária dos recursos arrecadados pelo governo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, define a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito, cabendo-lhe assegurar e garantir os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social. Além disso, a ele é permitida a exploração direta de atividades econômicas imperativas à segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.

No Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estatais, e sua normatização está expressa no Sistema Tributário Nacional, regido por princípios constitucionais. O financiamento do Estado via arrecadação tributária deve permitir que o Estado Brasileiro cumpra suas três funções essenciais:

- garantir os recursos necessários ao Estado para realização de seus fins;
- ser instrumento de distribuição de renda e indutor do desenvolvimento social do País;
- contribuir para minimizar as diferenças regionais.

É imprescindível, no entanto, que o governo seja capaz de dar efetividade aos princípios constitucionais que balizam a construção do Sistema Tributário Nacional. E um dos pilares necessários para assegurar o cumprimento desses princípios é a participação da sociedade. A existência de uma relação tributária governo/cidadão transparente, com instrumentos e informações disponíveis, permite o envolvimento dos cidadãos nos rumos da administração tributária e da reforma tributária, sempre na busca de aperfeiçoamentos em nosso sistema, de tal forma que ele seja socialmente mais justo e economicamente mais eficiente.

Armadilhas psicológicas e atitudes mais adequadas


A seguir são apresentadas as armadilhas psicológicas mais comuns e as atitudes que auxiliam a ter uma vida financeira mais saudável.

Armadilhas psicológicas

Autoconfiança exagerada: a pessoa tem certeza de que se algo acontecer ela resolverá tudo sem problema. A pessoa, nesse caso, não enxerga suas próprias limitações. Acredita que nada pode acontecer com ela, apenas com os outros.

Avaliação subjetiva de valor e eventos passados: trata-se da distorção do valor que damos a coisas que passaram e o valor que elas tiveram. Primeiro, ficamos muito mais presos ao passado recente, lembrando mais do que nos aconteceu essa semana do que há dez anos. Fazemos essas distorções contrastando coisas. Podemos não nos lembrar de benefícios se eles foram introduzidos há mais tempo, pois os incorporamos com rapidez, mas sentimos muito se eles forem retirados. Por isso, fica mais difícil ainda avaliar os benefícios dos impostos. Muitas vezes não nos lembramos de quando recorremos à vacinação pública ou quando os bombeiros nos prestaram auxílio, por exemplo, mas reclamamos de filas em repartições públicas.

Aversão à perda, mas não necessariamente aos riscos: em contextos de perda, é mais comum que se aceite correr mais riscos, em

A vertical strip on the left side of the page shows a close-up of a fingerprint, with the ridges and valleys clearly visible. The colors range from light tan to dark brown.

nome de tentar evitar novas perdas ou de reverter as que já ocorreram; e, em geral, o resultado é perder mais ainda... O problema aqui é não aceitar que perdeu – e, com isso, acabar perdendo a cabeça também. Conhece a história do jogador no cassino que fica jogando para tentar recuperar o que perdeu e acaba perdendo tudo? E o empresário que se recusa a aceitar que seu negócio deu errado, não fecha a empresa a tempo e acaba perdendo tudo? Avaliar os riscos sempre é importante antes de decidir.

Contabilidade mental: é o hábito de pensar no dinheiro que ganhamos e nas nossas despesas como coisas totalmente separadas. Dividimos o que recebemos e o que gastamos em compartimentos incomunicáveis, parecidos com gavetas ou pastas de um arquivo, o que faz com que tomemos decisões não razoáveis. Por exemplo, não faz muito sentido gastar todo o 13º com presentes em vez de usá-lo para quitar dívidas. Outro exemplo: a pessoa tem um dinheiro em uma aplicação financeira e resolve fazer uma viagem, como não quer mexer na aplicação ela faz um empréstimo. Nesse caso o gasto com juros do empréstimo poderá ser maior que o rendimento da aplicação financeira. Mais um exemplo: a pessoa ganha um dinheiro da madrinha e, sempre que isso acontece, ela o aplica em um investimento. Em um mês de maior aperto, ao invés de usar o presente da madrinha para pagar suas contas ela deixa as contas em atraso, porque o dinheiro da madrinha é só para ser investido.

A contabilidade mental pode trabalhar a seu favor, por exemplo, reforçando a disciplina necessária para guardar um dinheiro todo mês, para poder comprar a casa própria em alguns anos ou fazer uma viagem e visitar a família. O importante é ter uma visão de como está sua situação financeira como um todo para poder tomar as decisões mais adequadas.

Falta de atenção aos pequenos valores: pequenos gastos costumam ser desprezados, mas somados acumulam grandes quantias. Por isso é importante anotar os gastos e analisá-los, pode-se economizar bastante cortando desperdícios, o que permite fazer poupança e manter pequenos gastos que trazem prazer (lanche, cinema etc.).

Framing ou enquadramento: a maneira como as informações são apresentadas influencia a avaliação que se faz delas. As informações podem ser idênticas, mas o impacto é diferente; por exemplo, se uma professora lhe diz: “você tem 90% de chance de passar no concurso X”, ou “você tem 10% de chance de falhar no concurso” a informação não é diferente, mas o modo como se recebe a notícia é bem diferente.

Imediatismo: é pensar só no agora, sem se preocupar com suas conseqüências ou no preço a pagar no futuro. Esse é um erro que se comete muitas vezes quando se tomam decisões importantes sem parar para pensar, como é caso de compras feitas por impulso ou quando se começa um trabalho sem planejá-lo antes. Nesses casos, as falhas na execução por imprevistos podem pôr tudo a perder.

Influência dos outros: quando fazemos alguma coisa apenas para acompanhar os outros, sem parar para pensar se é isso mesmo o que desejamos ou precisamos fazer.

Ostentação: desejo de se exibir que pode levar uma pessoa a tentar comprar coisas acima da sua renda, seja para se sentir bem, seja para impressionar parentes, amigos e vizinhos. Muitas pessoas se deixam levar por um desejo de se exibir para os outros, de querer impressionar, e saem comprando coisas sem pensar nos gastos para mantê-las.

Otimismo excessivo: ocorre quando uma pessoa sempre acha que tudo vai dar certo e, por isso, assume um risco exagerado porque tem certeza de que nada de errado vai acontecer. Só que essa certeza não é verdadeira, pois é a pessoa que não está vendo os riscos que corre.

Percepção seletiva: quando uma pessoa só vê e escuta o que quer ver e ouvir. Nesses casos, a pessoa simplesmente se recusa a enxergar o que lhe desagrada ou algo que vá contra o que ela acredita. Por exemplo, ela quer tanto comprar um telefone novo que se convence de que ele está barato porque a prestação é só de R\$ 30,00. Quando alguém lhe fala que são dez prestações que, somadas, dão R\$300,00 e por isso o telefone está caro, a pessoa não escuta. Ela só consegue perceber que o telefone de que gostou custa “apenas” R\$ 30,00 por mês.

Preço termina com 99. É o caso daquelas ofertas de R\$ 49,99, R\$ 19,99 etc. A pessoa focaliza no R\$ 9,99 do R\$ 19,99, e raciocina como se fossem R\$ 10,00 e alguma coisa, em vez de R\$ 20,00. Ela então faz uma compra que não faria se percebesse que R\$ 19,99 é praticamente R\$ 20,00.

Atitudes mais adequadas

Autonomia: capacidade de determinar o que é importante, entender que você é o agente das mudanças em sua vida e o responsável pelas consequências de seus atos. Dois fatores que contribuem para reduzir a autonomia pessoal são a tendência a imitar os outros e as fantasias de que as outras pessoas estão se dando melhor na vida do que eu mesmo, o que leva a um desejo de querer alcançá-las ou mesmo superá-las.

Compreensão da noção de risco: apresentada não somente com o conceito de proteção do patrimônio, como também na relação risco/retorno associada aos investimentos.

Controlar as despesas: anotar as próprias despesas por algum tempo, um mês, uma semana, é o primeiro passo para se economizar. Afinal, para reduzir despesas é preciso primeiro saber em que se está gastando. Às vezes a gente descobre que está gastando muito com coisas que julgamos pouco importantes.

Consumo criterioso: planejar para evitar compras por impulso, ter noção do que é realmente importante para você. Trabalhamos a diferença entre valor e preço, bem como apontamos para os riscos de desperdício, dos riscos de uso dos cartões de débito e crédito.

Disciplina: é preciso disciplina para manter a poupança realizada, pois a tentação de gastar aquele dinheiro que restou no fim do mês é grande. Isso requer organização e esforço para cumprir o planejado e usar bem a poupança feita.

Percepção financeira: é preciso saber o que são taxas de juros, como funcionam (pelo menos conceitualmente), entender a diferença entre empréstimo e financiamento etc. Assim, podem-se evitar erros como não somar todas as despesas, mantendo-as individualmente e tendo surpresas desagradáveis no futuro, quando as contas tiverem que ser pagas; contar com mais dinheiro do que de fato terá no futuro, misturando receita certa com a duvidosa.

Planejamento: contribui para evitar o vício cultural do “imediatismo”.



Glossário

Análise de despesas: processo que consiste em levantar as despesas e em seguida estudá-las, para verificar se o dinheiro está realmente sendo gasto com o que se pretendia gastá-lo.

Apólice: documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas.

Comportamento gastador: refere-se aos hábitos financeiros de certas pessoas, que tendem a consumir excessivamente, dando pouca atenção à poupança.

Comportamento poupador: refere-se aos hábitos financeiros de certas pessoas – são as que tendem a poupar, reprimindo o consumo.

Consumidor: quem compra ou utiliza produto ou serviço, bem como aquelas que estão expostas às práticas comerciais.

Consumo: ato de consumir, comprar um produto ou utilizar um serviço. O consumo deve ser feito de maneira consciente, ou seja, avaliando sua real necessidade. As decisões conscientes devem levar sempre em consideração os 5“Rs”: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Conta de poupança: A conta de depósitos de poupança, popularmente conhecida como conta poupança, conta de poupança ou ainda caderneta de poupança, é um tipo de investimento criado com o objetivo de estimular a economia popular. É muito tradicional. Assim, para abrir e manter uma conta de poupança o cliente não paga tarifas, não paga imposto de renda sobre o dinheiro aplicado e ainda pode depositar pequenos valores, que passam a gerar rendimentos mensalente. Se um valor depositado na conta de poupança não for mantido aplicado por pelo menos um mês, isto é, se for resgatado antes, não ocorrerá remuneração desse dinheiro.

Curto, médio e longo prazos: não existe uma definição precisa sobre a duração do que é curto, médio e longo prazos. Muitos economistas, quando se referem à situação do país ou aos planos de uma família, usam a seguinte escala (que não é uma regra!): curto prazo de 1 a 2 anos; médio prazo de 3 a 9 anos; e longo prazo acima de 10 anos.

Déficit: em sentido econômico ou financeiro, é a diferença negativa entre dois valores representativos de receitas e despesas. “No caso do orçamento familiar, se a despesa é maior que a receita, a família

está em déficit.” O seu oposto é o superávit. Pode se referir também à balança comercial ou às finanças públicas, entre outras situações.

Desperdício: refere-se a gastos inúteis, despesas que pouco ou nada acrescentam à nossa qualidade de vida. Também se refere a perdas e esbanjamento de recursos que comprometem o meio ambiente e nosso futuro. Por exemplo, lavar a calçada usando mangueira é um grande desperdício de água que poderá fazer falta depois para higiene pessoal ou mesmo alimentação.

Despesa: em um orçamento financeiro é o dinheiro que sai.

Empréstimo: É o mecanismo utilizado para ter disponível, no presente, uma quantia em dinheiro que só se conseguiria alcançar no futuro, fazendo poupança. O valor emprestado, mais os juros e encargos cobrados pela instituição financeira, vira uma dívida, que deverá ser paga na forma e no prazo combinados (valor e quantidade de parcelas, por exemplo). No empréstimo, o valor emprestado não tem destinação específica, isto é, a pessoa pode utilizar o dinheiro que pegou emprestado onde e como quiser.

Estimativa: no plano financeiro, fazer estimativas é prever quais serão os seus gastos e/ou receitas em um determinado período (semana, mês, ano) ou em um determinado evento (viagem, churrasco, festa). Para fazer estimativas é preciso ter um método, utilizar a experiência adquirida e pesquisar.

Financiamento: operação mediante a qual uma organização, normalmente uma instituição financeira, viabiliza o pagamento vinculado a um produto ou serviço de uma pessoa, ou de outra empresa, emprestando o dinheiro sobre o qual cobrará juros.

Financiamento × Empréstimo: os financiamentos normalmente têm juros mais baixos que os empréstimos porque estão associados à compra de um bem, que pode ser reavido pela instituição financeira, ou a um serviço que pode ser interrompido, como a construção de um prédio. Empréstimos não têm essa associação, e a instituição financeira pode ter dificuldades em recuperar o recurso que emprestou. Como o risco nesse caso é maior, então os juros também são mais altos para quem toma emprestado.

Isso na maior parte dos casos, porque os empréstimos consignados também têm um risco relativamente baixo. Trata-se dos empréstimos concedidos a pessoas que têm uma renda fixa, como um salário, aposentadoria ou pensão. Nesses casos o pagamento do empréstimo é feito por meio de descontos feitos sobre essas remunerações, ou

seja, a pessoa recebe o seu salário ou aposentadoria já tendo sido descontado o valor da prestação. Isso dá segurança à instituição financeira, já que a quantia devida é descontada antes que a pessoa tenha acesso ao salário, à pensão ou à aposentadoria. Como o risco de inadimplência – ou seja, de não receber o valor emprestado – é menor que em outras modalidades de empréstimo, as instituições financeiras normalmente cobram juros mais baixos para esse tipo de operação, se comparada com o cheque especial ou cartão de crédito, por exemplo. Contudo, ainda assim esse tipo de empréstimo não pode ir além de 30% (pouco menos que um terço) da renda da pessoa. Outros tipos de empréstimos também têm suas limitações.

Um bom planejamento financeiro deve analisar com cuidado qual é a melhor opção: empréstimo ou financiamento ou fazer uma poupança para comprar à vista. Por exemplo, fazer um financiamento para comprar um carro e começar logo a trabalhar como taxista talvez possa fazer sentido.

Já pegar um empréstimo consignado com juros mais baixos para quitar uma dívida de cartão de crédito, com juros mais altos, pode ser uma primeira medida para resolver o problema financeiro. É claro que outras terão de ser tomadas depois, pois ainda há uma dívida, mas pelo menos com juros menores.

Indenização: valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro.

Investidor: aquele que assume o risco de um empreendimento com o objetivo de obter lucro no negócio.

Investimento: destinação do dinheiro à ampliação da riqueza e do patrimônio. As empresas e o governo investem principalmente no aumento de sua capacidade de produzir bens e serviços. As famílias fazem isso, por exemplo, quando investem na educação dos seus membros. É preciso definir qual é o objetivo do investimento e, em seguida, decidir que tipo de investimento fazer para alcançá-lo. As famílias fazem investimentos quando destinam dinheiro para melhorar suas condições de vida. Normalmente elas investem o saldo, o dinheiro que sobrou no mês, em aplicações financeiras, recebendo juros que aumentam o dinheiro investido. Enquanto nos empréstimos nós pagamos juros, com os investimentos nós recebemos rendimentos (juros ou outras formas de remuneração). Existem várias opções para investir seu dinheiro, é importante sempre pesquisar antes de decidir. Os investimentos trabalham dentro da relação risco X retorno, ou seja, quanto maior for a possibilidade de retorno, maior o risco com a possibilidade de perda dos recursos investidos.

Juros: Basicamente é o preço do dinheiro no tempo. Para emprestar a um cliente, no momento presente, certa quantia que ele só teria no futuro e depois de poupar por algum tempo, as instituições financeiras vão cobrar o pagamento não só da quantia emprestada, mas também um valor adicional. Esse valor adicional são os juros. Inversamente, se esse cliente depositar a mesma quantia em alguma aplicação do banco, vai esperar um valor maior quando fizer o resgate tempos depois. Nesse caso, é o banco que paga os juros por só devolver no futuro o dinheiro que recebeu em depósito no presente. Também é possível entender os juros como um “aluguel” que alguém paga por usar um dinheiro que não é seu (por exemplo, quando se pega um empréstimo, faz um financiamento ou compra a prazo) ou o “aluguel” que uma pessoa recebe por deixar outra pessoa utilizar o seu dinheiro (por exemplo, quando se coloca o dinheiro na caderneta de poupança).

Orçamento doméstico ou pessoal: registro sistemático de receitas e despesas previstas e realizadas por uma família ou uma pessoa. O orçamento permite ter maior controle sobre a vida financeira. Geralmente se organiza por meio de uma tabela, na qual em um dos lados entra quanto se ganha (receitas) e, no outro lado, quanto se gasta (despesas).

Patrimônio: conjunto de bens e direitos (que podem ser representados por imóveis, aplicações financeiras etc.) de uma pessoa ou empresa, que tem valor econômico.

Planejamento: refere-se ao conjunto de ações que se inicia ao traçar metas e avaliar as dificuldades no caminho para vencê-las, depois evolui para se elaborar um plano com etapas para atingir as metas, contornando ou resolvendo as dificuldades previstas.

Poupança: parte da receita que não é consumida, ou seja, é o dinheiro que se guarda com o objetivo de utilizá-lo no futuro.

Principal (investimento, empréstimo): É o valor que alguém recebe efetivamente quando toma um empréstimo ou financiamento. Já o valor que será pago pelo tomador do empréstimo, isto é, a soma de todas as prestações ao longo do tempo, é maior que o principal, por causa dos juros e encargos que são cobrados. No caso do investimento, o principal é o valor originalmente aplicado.

Exemplo de uso: Peguei um empréstimo de R\$1.000,00 para pagar em 10 x de R\$120,00. Isso quer dizer que, em cada prestação, eu só abato R\$100,00 do principal da dívida. Os R\$20,00 restantes são para o pagamento de juros e encargos.

Receita: refere-se ao dinheiro que entra no orçamento, ou seja, quanto uma pessoa recebe.

Retorno: na relação risco \times retorno, o retorno corresponde à remuneração recebida pelo investimento feito.

Os investimentos mais seguros pagam taxas mais baixas porque o risco de não se obter o retorno previsto é reduzido. Os investimentos mais arriscados, nos quais há chance de perda, podem vir a pagar mais. Conclusão: quanto maior o retorno esperado, maior o risco envolvido, da mesma forma que se o risco é baixo, o retorno esperado também é.

Risco: evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Responsabilidade Socioambiental Empresarial: toda empresa tem responsabilidades para com os diversos públicos com os quais interage (comunidade, funcionários, fornecedores, consumidores etc.), de forma que na atualidade diversas empresas criam ações para exercer essas responsabilidades. Por exemplo, recuperar um rio, oferecer cursos profissionalizantes, promover a coleta seletiva, apoiar times escolares, auxiliar nas reformas de quadras esportivas etc.

Sustentabilidade: responsabilidade por nossas ações e decisões, pois elas têm consequências em nossas vidas e nas de outras pessoas. O que fizemos no passado afeta nosso presente, o que fazemos hoje constrói o amanhã. Além disso, o que acontece com alguns grupos cedo ou tarde atinge também aos demais.

Taxa de juros: é o preço do dinheiro, isto é, indica a renda derivada de um investimento ou o custo de um empréstimo. As taxas de juros são expressas em percentagens mensais ou anuais. Por exemplo, 12% ao ano.

Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC): A proteção e a defesa do consumidor no Brasil é realizada por diversos órgãos com atribuições e competências diferentes e por entidades civis de defesa do consumidor. Todos estes órgãos e entidades formam juntos o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Conheça um pouco mais sobre eles:

Secretaria Nacional do Consumidor: órgão federal que coordena a Política de Defesa do Consumidor.

Procon: órgão estadual ou municipal que cuida, respectivamente, da

política estadual ou municipal das relações de consumo. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo órgão, podem ser citadas: i) educação para o consumo; ii) atendimento das demandas dos consumidores, inclusive, contra os fornecedores de produtos e serviços; iii) fiscalização de estabelecimentos comerciais; iv) aplicação de sanções administrativas àqueles que descumprem o CDC; v) articulação com órgãos e entidades que trabalham com temas correlatos à proteção e defesa do consumidor. O consumidor para ser atendido no Procon não precisa de advogado. Se não há Procon na sua cidade, procure outros órgãos e entidades de defesa do consumidor como o Ministério Público, representado pelo promotor, a Delegacia de Polícia, para apuração dos crimes contra as relações de consumo, as Defensorias Públicas, juizados especiais/justiça comum ou, ainda, entidades civis de defesa do consumidor.

Ministério Público: dentre outros, zela pela aplicação e o respeito das leis como o CDC. Assim, defende os direitos e interesses da coletividade, inclusive da coletividade de consumidores. Quando ocorre lesão a direitos coletivos dos consumidores, o MP ajuíza ações civis públicas. Diferentemente da defensoria pública, os promotores não representam junto ao Poder Judiciário casos individuais de consumo.

Defensoria Pública: presta assistência e orientação aos consumidores que não têm condições de arcar com advogado. Ademais, as defensorias também defendem de maneira coletiva os consumidores ajuizando ações civis públicas para resolver em um único processo diversas lesões aos consumidores.

Delegacia do Consumidor: órgão da polícia civil que investiga a existência de crimes contra as relações de consumo.

Juizados Especiais cíveis: solucionam os conflitos cujos valores envolvidos não ultrapassem a 40 salários mínimos. Se a demanda for contra a Caixa Econômica Federal, o consumidor deve procurar o Juizado Especial Federal e o valor não poderá ultrapassar 60 salários mínimos. Se não houver órgão especializado, o Juiz atuante no município ou Comarca poderá adotar as medidas cabíveis.

Entidades de Defesa do Consumidor: são Organizações Não Governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Associações ou Fundações que têm por objetivo a proteção e a defesa dos consumidores. As entidades civis organizadas têm desenvolvido importante papel na proteção e defesa do consumidor representando interesses gerais e setoriais da sociedade civil perante o mercado e órgãos públicos.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO CENTRAL. **Educação financeira: gestão financeira pessoal**. [s. l.: s. d.] Material didático de uso interno.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOVESPA. **Educação financeira**. [s. l.: s. d.] Material didático de uso interno.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. Rio de Janeiro: Mercado de Capitais/Comissão Nacional de Bolsas, 2005.

COREMEC. **Documento Orientações para Educação Financeira nas Escolas**. Brasil, 2009. (<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>).

COUTINHO, Laura. Desenvolvimento de cursos baseados na web: uma proposta metodológica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 36-49, set./dez., 2005.

DATA POPULAR. **A educação financeira no Brasil: relatório quali-quantitativo**, [s.l.] 2008.

Escola Nacional de Defesa do Consumidor/Senacon/MJ. **Manual de direito do consumidor**. Brasília, 4ª edição, 2014.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Psicologia econômica: estudo sobre comportamento econômico e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

MANKIWI, Gregory N. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, 2010.

MMA/MEC/IDEC. **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço**. Tradução Elissa Khoury Daher, Marcelo Fernandez Cuzziol - São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND CO-OPERATION DEVELOPMENT. Improving financial literacy. **Analysis of issues and policies**. Paris: OECD, 2005.

PADILHA, Heloisa. **Mestre maestro: a sala de aula como orquestra**. Rio de Janeiro: Linha Mestra, 2003. v. 3. Col. Conversas com a Escola pelos Olhos da Psicopedagogia.

PERRENOUD, Philippe. **A escola e a aprendizagem da democracia**. Porto: Asa Ed., 2002.

TOLEDO, Denise Campos de. **Assuma o controle das suas finanças: você feliz com dinheiro hoje e no futuro**. São Paulo: Ed. Gente, 2008.

WEBSITES INDICADOS

Banco Central

<http://www.bcb.gov.br>

Banco do Brasil – Contabilidade Mental

<http://www.bb.com.br/portalbb//portalbb/page251,116,2233.bb?codigoMenu=1092&codigoNoticia=5567>

CVM

<http://www.cvm.gov.br>

CVM - Portal do Investidor

www.investidor.gov.br

SUSEP

www.susep.gov.br

Harvard Business Review Brasil – Finanças Comportamentais (Behavioral Finance)

<http://hbrbr.com.br/index.php?artigo=4>

Psicologia Econômica

<http://www.verarita.psc.br>

PREVIC

www.previdencia.gov.br/previc

Vida e Dinheiro

www.vidaedinheiro.gov.br

Secretaria Nacional do Consumidor

www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor

www.consumidor.gov.br

Anexo 1

Dicionário de Gírias e Regionalismos

Bacana: gente importante, que sabe das coisas.

Balada: festa, normalmente em uma casa noturna do ramo do entretenimento musical.

Boa praça: pessoa tranquila e amigável.

Bossa: arrumado, enfeitado; incrementado.

Fera: pessoa que domina bem determinado conhecimento ou habilidade.

Grana: dinheiro.

Irada/o: interessante, legal; muito bom.

Levadas: levada ou flow é a maneira como o rapper (cantor de rap) encaixa seus versos no ritmo da música.

O cara: pessoa que domina bem determinado conhecimento ou habilidade.

O pulo do gato: o conhecimento necessário para ser bem-sucedido. O segredo do sucesso que não se ensina a qualquer um.

Parada: negócio, assunto, algo a ser resolvido.

Pensar com seus botões: refletir, ponderar.

Sinistro: 1. legal, impressionante; 2. sem explicação, assustador.

Tipo: equivalente a “como”. Ex: um telefone moderno, tipo ficção científica.

Zoar: fazer gozação; brincar, pilhéria.

